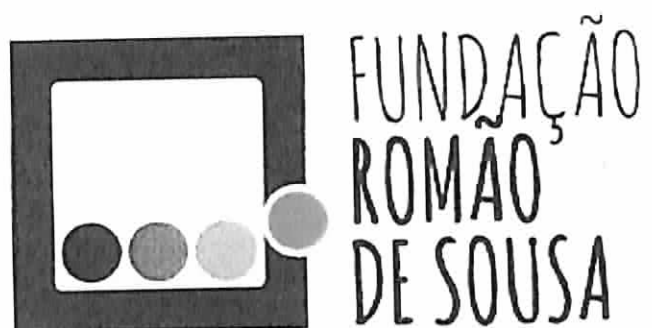


[Handwritten signature]



RELATÓRIO E CONTAS 2013

1 - INTRODUÇÃO

A Fundação Romão de Sousa foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo oficioso por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010.

2 – OBJECTO SOCIAL

Nos termos dos seus Estatutos, a Fundação Romão de Sousa "é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

a)- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;

b)- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;

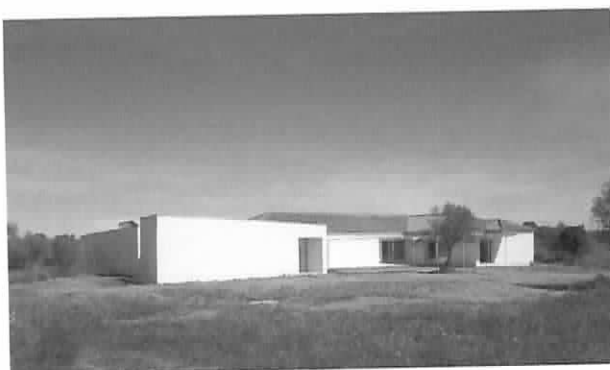
c)- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz."

3 – ACTIVIDADE

Durante o primeiro trimestre do ano a Fundação concluiu as obras de adaptação e ampliação do seu edifício sede, para aí instalar uma Comunidade Terapêutica para pessoas com perturbações mentais graves.

O edifício existente foi ampliado com dois novos volumes adjacentes, para corresponder às necessidades previstas e à legislação aplicável. Ocupa agora uma área coberta total de cerca de 900 m², incluindo um apartamento para o Director Clínico residente e dispondo de todas as infraestruturas técnicas indispensáveis ao conforto e às actividades de integração e de apoio psicossocial necessárias. A capacidade máxima anteriormente prevista foi agora reduzida para um máximo de 15 residentes, por reafecção de dois dos quartos a áreas comuns e/ou alojamento adicional para mais um psicoterapeuta residente.

14
SB
J



3.1. O Processo de Licenciamento

O projecto das instalações havia sido tecnicamente aprovado por todas as entidades oportunamente consultadas pela Câmara Municipal de Estremoz, nomeadamente o Instituto da Segurança Social, I.P, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e o Centro de Saúde local.

Nos vários contactos com o Centro Distrital de Évora do Instituto de Segurança Social I.P., a sua Directora manifestou interesse em visitar informalmente as instalações, o que veio a realizar em 24 de Abril, acompanhada de vários técnicos daquele Instituto.

Na sequência dessa visita e da profícua troca de impressões sobre o projecto, fizemos entrega, exactamente um mês depois, ao abrigo do Decreto-Lei nº 99/2011 de 28 de Setembro, que alterou e republicou o Decreto-Lei nº 64/2007 de 14 de Março, do requerimento para funcionamento intitulado "Regime de Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos de Apoio Social", acompanhado de todos os elementos solicitados, com excepção do Alvará de Licença de Utilização, que só veio a ser emitido pela Câmara Municipal de Estremoz em 22 de Agosto e que nesse mesmo dia foi apenso ao processo.

Entre os elementos anexos ao requerimento constavam nomeadamente, o quadro de pessoal, categorias, habilitações literárias e conteúdo funcional, o Regulamento Interno e a minuta de Contrato a celebrar com cada residente ou seu representante, bem como os princípios e práticas da intervenção terapêutica, o Plano de Intervenção Individual e a Carta de direitos e deveres dos residentes.

A pretensão foi deferida nos termos do nº 2 do artigo 17º do referido Decreto-Lei.

3.2. O arranque

Com o atraso acima referido no processo de licenciamento, o primeiro residente só foi admitido em Novembro.

Entre as dificuldades inicialmente sentidas são de referir:

- dar a conhecer o projecto e a equipa técnica aos profissionais que trabalham em Saúde Mental no País e no estrangeiro;
- constituir uma rede de referência que à partida acredite na competência da organização e no seu modelo de intervenção terapêutica, até que os resultados falem por si;
- adequar a n/ expectativa sobre a contrapartida a pagar pelos residentes ou família à sua capacidade financeira, num projecto de intervenção terapêutica tão intensivo em recursos humanos especializados, logo necessariamente caro.

Num estabelecimento de apoio social deste tipo, sem fins lucrativos mas integralmente custeado pela património da Fundação e sem protocolo de cooperação com o Estado que suporte uma parte dos custos (sempre as restrições orçamentais...), optámos inicialmente por uma contrapartida pecuniária que atendeu exclusivamente ao "valor" do serviço prestado, essencialmente igual para todos os residentes, independentemente da sua capacidade financeira. Perante a dificuldade constatada em muitos candidatos de suportarem aquele custo, evoluímos posteriormente para um modelo mais declaradamente social, que tem em consideração o rendimento próprio ou per capita do agregado familiar e que no limite inferior se situa ao nível do salário mínimo nacional.

No fim do ano a equipa técnica tinha 3 profissionais a tempo inteiro e outro a tempo parcial, a que no início deste ano se juntaram já dois estagiários integrados no programa de estágios profissionais do IEF, um licenciado em Serviço Social e outro com o grau de Mestre em Psicologia.

3.3. Outras actividades

O site da Fundação em <http://www.fundacaords.org/pt/casa-de-alba-20131203-165633> e a página da Casa de Alba no Facebook <https://www.facebook.com/fundacaords> têm vindo a detalhar as várias iniciativas que fomos protagonizando ao longo do exercício.

De salientar:

- a participação de João G. Pereira e José Romão de Sousa na I Conferência Internacional da INDTC - International Network of Democratic Therapeutic Communities, em Roma, onde apresentaram uma comunicação sobre o Projecto Casa de Alba. Um resumo dos trabalhos ilustrado com várias fotografias da assistência e dos conferencistas pode ser consultado em <http://indtc.org/en/news/story/indtc-1st-international-conference>.

A apresentação da Casa de Alba está disponível em <https://www.dropbox.com/s/jr47cupzmej67js/Presentation%20FRS%20INDICT%20Nov%202013%20Final.pps>, com o seguinte slide de introdução:

Handwritten signature or initials in the top right corner.



FUNDAÇÃO
ROMÃO
DE SOUSA



Casa de Alba

A Therapeutic Community for Severe Mental Health Problems

*By José Romão de Sousa, PhD(Eng), DIC
and João G. Pereira, DCPsych, UKCP Reg.*

*1st INDTC International Conference
Rome 22nd November 2013*

Casa de Alba - Cx Postal 945
7100-630 São Bento do Cortiço
Estremoz

- as apresentações/conferências/workshops de João G. Pereira no Metanoia Institute de Londres, na Conferência sobre Psicoterapia Médica do Royal College of Psychiatrists em Stratford-Upon-Avon, e no Mestrado Integrado em Psicologia na Universidade de Évora;

- a participação com apresentação de posters científicos no XVIII Curso Anual de Esquizofrenia em Madrid, e no Congresso Nacional de Psiquiatria no Estoril;



FUNDAÇÃO
ROMÃO
DE SOUSA

CASA DE ALBA A NEW THERAPEUTIC COMMUNITY FOR SEVERE MENTAL HEALTH PROBLEMS IN RURAL PORTUGAL

ALLIANCE
João G. Pereira, DCPsych
joagopereira@fundacaosds.org

CONTEXTUALIZATION AND AIMS

Casa de Alba is the property of Romão de Sousa Foundation, an institution recognized in Portugal by the Ministry of Health as working for the "Public Benefit". The aim of Casa de Alba is to help individuals and families affected by severe mental health problems, making use of Therapeutic Community theory and a range of psychosocial interventions to create an environment where thought and reflection can replace unprocessed pain and acting out.

METHODS OF TREATMENT

Our method grew out of humility and curiosity as well as the responsibility that working with complex mental health issues demands. This set of values led to the implementation of a relational-integrative way of working that puts emphasis on the group and the therapeutic alliance as vehicles for transformation.

Under the basis of developmental psychology, neuroscience and mentalization a number of indoor and outdoor activities were designed to form a comprehensive therapeutic program.

EVALUATION TOOLS

Systematic and regular collection of qualitative and quantitative data informs the treatment continuously (e.g. CORE¹, SAPAS² and PANNS³).

EXPECTED OUTCOMES

We expect transformation beyond symptom remission; changes in "Internal Working Models" of relationships will hopefully lead to greater emotional regulation and to more satisfying and fulfilling lives.

¹ Clinical Outcomes in Routine Evaluation

² Standard Assessment of Personality - Adjective Scale

³ The Positive and Negative Syndrome Scale for Schizophrenia





- a publicação já em Março deste ano de um artigo sobre a Casa de Alba no European Journal of Psychotherapy and Counselling. Versão online disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642537.2013.879331?journalCode=rejp20#.UujlCBCp3IU>

- a participação em vários projectos de investigação, nomeadamente:

- "Differential Diagnosis in Severe Mental Health Problems: validation of SAPAS for the Portuguese population", *João Pereira, Cátia Alves, Célia Sales, Sofia Tavares, Paul Moran;*
- "Lost in translation: the pitfalls of translating PSYCHLOPS from English to Portuguese", *Mark Ashworth, Célia Sales, Paula Alves, Sofia Tavares, João Pereira, Luís Faísca, Chris Evans;*
- "Personalizing Evaluation in Mental Health: psychometric properties of instruments 'tailored' to the patient and its connection with the therapeutic alliance", *Célia Sales, Adam Horvath, João Pereira, Chris Evans, Luís Faísca, Mark Ashworth, Paula Alves, Robert Elliott, Sofia Tavares;*
- "What Works in Mentalization Based Treatment: systematic case studies in personality disorder and addiction", *João Pereira, Hamideh Heydari, Lindy Goldkorn, Caroline Norman, Claire Webb.*

- e as várias visitas a comunidades congéneres e instituições que actuam no domínio da Saúde Mental, no País e no Estrangeiro, nomeadamente no Reino Unido o Cassel Hospital, a CHT-Community Housing and Therapy, a Arbours Association, e a Connect for Mental Health, e em Portugal o Hospital de Dia do Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital de Santa Maria em Lisboa, o Hospital de S. Joao no Porto, o CINTRA – Centro Integrado de Tratamento e Reabilitação em Ambulatório do CHPL em Sintra, o Instituto São Joao de Deus e a Casa de Saúde do Telhal, a Comunidade de Inserção Social de Esposende - Associação Esposende Solidário, a ARIA-Associação de Reabilitação Integração e Ajuda, a Dorial - Saúde Mental no Luso, e as associações Encontrar-se no Porto e ART - Associação de Respostas Terapêuticas em Castro Verde.

4 – PATRIMÓNIO E SITUAÇÃO FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não-Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março.

A Fundação foi instituída com um património inicial de 2,3 milhões de euros, dos quais um milhão em numerário, um milhão em valores mobiliários não cotados e trezentos mil euros correspondentes ao prédio misto da sua sede, com uma área total de cerca de 6,7 hectares.

O investimento na recuperação e ampliação do edifício contabilizado durante o ano totalizou 890 mil euros.

A exploração do ano reflete o atraso de cerca de seis meses no arranque, operando durante praticamente todo o ano com a equipa base constituída e em funções, mas sem proveitos. Com custos com pessoal de 74 mil euros e cerca de 47 mil euros de FSE's o resultado do ano fixou-se

em 129 mil euros negativos, com o Fundo de Capital a reduzir-se de 2.618,2 para 2.507,6 mil euros.

Não se registaram ainda vendas nem prestações de serviços.

5 – PLANO PARA 2014

Entre as actividades planeadas para 2014, são de referir:

- a realização da cerimónia oficial de inauguração das instalações ainda durante o primeiro semestre, que se pretende seja presidida por um membro do Governo;
- a constituição de um órgão não estatutário designado Comissão Consultiva, formado por personalidades de vários países e de reconhecido relevo internacional, com os objectivos de:
 - assessorar a Fundação em relação a desenvolvimentos técnicos e sociais que possam ter impacto na definição e prossecução dos seus fins estatutários;
 - possibilitar ao Director Clínico da Casa de Alba e ao seu corpo técnico uma actualização permanente e uma perspectiva global do enquadramento teórico e clínico da sua actividade;
 - facilitar a sua interacção em círculos académicos e clínicos;
 - e finalmente actuar como “embaixadora” da Fundação e da Casa de Alba na actividade profissional dos seus membros e nos seus países de origem.
- e a realização em Estremoz no último trimestre do ano de uma conferência internacional sobre Saúde Mental.

Em termos de exploração, o plano para este ano prevê uma admissão faseada de residentes e a ampliação progressiva do quadro técnico, de forma a que no fim do ano se atinja uma população paritária de 6+6. Embora dependa do nível de contribuição dos novos residentes a admitir, prevê-se que a exploração de 2014 volte a encerrar com um EBITDA ainda negativo e só em 2015, já com uma dezena de residentes, se prevê um EBITDA ligeiramente positivo.

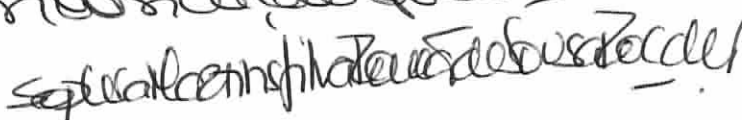
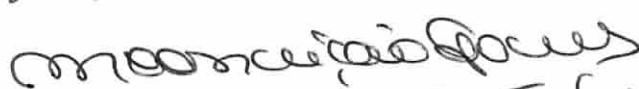
Estremoz, 15 de Março de 2014

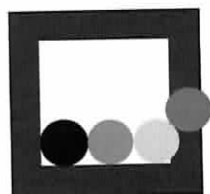
O Conselho de Administração

José Joaquim Romão de Sousa

Maria da Conceição dos Santos Gomes

Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi





FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2013



Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Activos Fixos Tangíveis	15
6. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos	16
7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
8. Outras Informações	17
8.1. Investimentos Financeiros	17
8.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
8.3. Outras contas a receber	17
8.4. Diferimentos	17
8.5. Outros Activos Financeiros	18
8.6. Caixa e Depósitos Bancários	18
8.7. Fundos Patrimoniais	18
8.8. Fornecedores	18
8.9. Estado e Outros Entes Públicos	19
8.10. Outras Contas a pagar	19
8.11. Fornecimentos e serviços externos	19
8.12. Aumentos/reduções de justo valor	20
8.13. Outros rendimentos e ganhos	20
8.14. Outros gastos e perdas	20
8.15. Resultados de financiamento	21
8.16. Acontecimentos após data de Balanço	21



Balanço

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euros

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.230.456,36	1.000.143,48
Investimentos financeiros	8.1	1.000.027,63	1.000.000,00
Subtotal		2.230.483,99	2.000.143,48
Ativo corrente			
Estado e outros Entes Públicos	8.9	19.427,61	67.335,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	8.2	14.000,00	
Outras contas a receber	8.3	8.909,87	27.220,59
Diferimentos	8.4	233,72	0,00
Outros Ativos financeiros	8.5	253.500,00	304.500,00
Caixa e depósitos bancários	8.6	26.028,88	411.603,11
Subtotal		322.100,08	810.659,10
Total do Ativo		2.552.584,07	2.810.802,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8.7	2.300.000,00	2.300.000,00
Resultados transitados	8.7	302.224,92	190.248,32
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.7	34.200,00	16.000,00
Resultado Líquido do período		-128.848,97	111.976,60
Total do fundo do capital		2.507.575,95	2.618.224,92
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	8.8	24.231,05	192.321,94
Estado e outros Entes Públicos	8.9	3.326,58	0,00
Outras contas a pagar	8.10	17.450,49	255,72
Outros passivos financeiros			
Subtotal		45.008,12	192.577,66
Total do passivo		45.008,12	192.577,66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.552.584,07	2.810.802,58

Estremoz, 15 de Março 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 Conceição Fernandes
 Superintendente do Conselho



Demonstração dos Resultados por Naturezas

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2013	2012
Fornecimentos e serviços externos	8.11	-48.894,76	-6.382,45
Gastos com o pessoal	6	-74.108,73	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	8.12	-250,00	66.000,00
Outros rendimentos e ganhos	8.13	19.694,13	58.233,87
Outros gastos e perdas	8.14	-10.772,88	-5.874,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-114.332,24	111.976,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-14.394,02	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-128.726,26	111.976,60
Juros e gastos similares suportados	8.15	-122,71	0,00
Resultados antes de impostos		-128.848,97	111.976,60
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-128.848,97	111.976,60

Estremoz, 15 de Março 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

M. Conceição Sousa
Secretária do Conselho de Administração



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2012

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	2.300.000,00		16.000,00	67.219,51				123.028,81	2.506.248,32		2.506.248,32
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					123.028,81				(123.028,81)	-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	-	123.028,81	-	-	-	(123.028,81)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								111.976,60	111.976,60		111.976,60
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(11.052,21)	111.976,60	-	111.976,60
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5											
POSICÃO NO FIM DO ANO 2012	6=1+2+3+4+5	2.300.000,00	-	16.000,00	190.248,32	-	-	-	111.976,60	2.618.224,92	-	2.618.224,92

Estremoz, 15 de Março 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nuno Vítor Albuquerque

Luís F. Jr.

*manuscrito
separado para anexos*



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA												
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2013												
DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos patrimoniais
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
6	8.5	2.300.000,00	-	16.000,00	150.248,32	-	-	-	111.976,60	2.618.224,92	-	2.618.224,92
				18.200,00	111.976,60				(111.976,60)	18.200,00	-	18.200,00
		-	-	18.200,00	111.976,60	-	-	-	(111.976,60)	18.200,00	-	18.200,00
7									(128.848,97)	(128.848,97)		(128.848,97)
8									(240.825,57)	(110.648,97)	-	(110.648,97)
9=7+8												
10												
6+7+8+10	8.5	2.300.000,00	-	34.200,00	302.224,92	-	-	-	(128.848,97)	2.507.575,95	-	2.507.575,95
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2013												

Estremoz, 15 de Março 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luís Miguel

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

W/L

*Associação
Sociedade por quotas de responsabilidade limitada*



Demonstração dos Fluxos de Caixa

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2013	2012
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Pagamento a fornecedores		(33.083,13)	(4.858,75)
Pagamentos ao pessoal		(58.704,38)	-
Caixa gerada pelas operações		(91.787,51)	(4.858,75)
Outros recebimentos/pagamentos		20.740,91	(3.665,45)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(71.046,60)	(8.524,20)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(406.804,85)	(545.555,82)
Outros Ativos		(165.000,00)	(50.000,00)
Recebimentos provenientes de:			
Outros Ativos		215.500,00	105.872,55
Juros e rendimentos similares		37.699,93	55.665,75
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(318.604,92)	(434.017,52)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		4.200,00	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(122,71)	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		4.077,29	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(385.574,23)	(442.541,72)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		411.603,11	854.144,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.5	26.028,88	411.603,11

Estremoz, 15 de Março 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 M. Conceição Sousa
 Presidente do Conselho de Administração



Nwji
14
SB

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação Romão de Sousa é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Casa de Alba, São Bento do Cortiço, Estremoz.

Foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo officioso por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010.

Tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;
- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;
- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz.



NWS

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas *"Devedores e credores por acréscimos"* e *"Diferimentos"*.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:



N.º 1/2013

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "*Activos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

Os activos são depreciados apenas quando estão disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".



NuSp
Handwritten signature and initials

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

De acordo com o MEP, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os outros investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição deduzidos das perdas por imparidade.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



NWS-
Handwritten signature

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



NWS
Handwritten signature and initials

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *"As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



NWS

Handwritten signature

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2012 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2012
Custo						
Terrenos e recursos naturais	66.122,49	-	-	-	-	66.122,49
Edifícios e outras construções	233.877,51	-	-	-	-	233.877,51
Total	300.000,00	-	-	-	-	300.000,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	66.122,49	-	-	-	-	66.122,49
Edifícios e outras construções	233.877,51	-	-	889.600,13	-	1.123.477,64
Equipamento de transporte	-	23.000,00	-	-	-	23.000,00
Equipamento administrativo	-	30.748,40	-	-	-	30.748,40
Outros Ativos fixos tangíveis	-	1.501,85	-	-	-	1.501,85
Total	300.000,00	55.250,25	-	889.600,13	-	1.244.850,38
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	9.362,31	-	-	-	9.362,31
Equipamento de transporte	-	4.312,50	-	-	-	4.312,50
Equipamento administrativo	-	656,63	-	-	-	656,63
Outros Ativos fixos tangíveis	-	62,58	-	-	-	62,58
Total	-	14.394,02	-	-	-	14.394,02

Investimentos em Curso

No que concerne aos "Investimentos em Curso" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2012 e 2013, foram os seguintes:



NWJ
9/12/13

31 de Dezembro de 2012

	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2012
Custo						
Ativos fixos tangíveis						
Outros Ativos fixos tangíveis	34.189,26	665.954,22	-	-	-	700.143,48
Total	34.189,26	665.954,22	-	-	-	700.143,48

31 de Dezembro de 2013

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Ativos fixos tangíveis						
Outros Ativos fixos tangíveis	700.143,48	189.456,65	-	(889.600,13)	-	-
Total	700.143,48	189.456,65	-	(889.600,13)	-	-

6. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2013 e 2012, foram, respetivamente 11 e 11. De um período para outro não se verificou a saída de nenhum membro dos órgãos sociais.

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2013 foi de 3 (Diretor Clínico, Psicóloga e Auxiliar) e em 31/12/2012 foi de 0.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2013	2012
Remunerações ao Pessoal	60.395,78	-
Encargos sobre as Remunerações	12.650,55	-
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	492,40	-
Outros Gastos com o Pessoal	570,00	-
Total	74.108,73	-

7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



8. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

8.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2012, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2013	2012
Investimentos noutras empresas	1.000.000,00	1.000.000,00
Promotor SGPS, S.A.	1.000.000,00	1.000.000,00
Outros investimentos financeiros	27,63	-
Fundo Compensação Trabalho	27,63	-
Total	1.000.027,63	1.000.000,00

8.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2013	2012
Ativo		
Doadores	14.000,00	-
Total	14.000,00	-

8.3. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a seguinte decomposição:

Descrição	2013	2012
Fornecedores	-	447,98
Juros a receber	8.052,22	26.068,86
Outros Devedores	857,65	703,75
Total	8.909,87	27.220,59

8.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Outros gastos a reconhecer - Seguros	233,72	-
Total	233,72	-



Justiça

14

2013

8.5. Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2013	2012
Obrigações e Títulos de Participação	253.500,00	304.500,00
Total	253.500,00	304.500,00

8.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2013	2012
Caixa	27,95	-
Depósitos à ordem	26.000,93	6.603,11
Depósitos a prazo	-	405.000,00
Total	26.028,88	411.603,11

8.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2013	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2013
Fundos	2.300.000,00	-	-	2.300.000,00
Resultados transitados	190.248,32	111.976,60	-	302.224,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	16.000,00	18.200,00	-	34.200,00
Total	2.506.248,32	130.176,60	-	2.636.424,92

8.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Fornecedores c/c	24.231,05	192.321,94
Total	24.231,05	192.321,94



Justiça

31/12/13

8.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.452,33	878,28
IVA - Restituição às IPSS	17.975,28	66.457,12
Total	19.427,61	67.335,40
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.207,00	-
Segurança Social	2.103,58	-
Fundos de Compensação	16,00	-
Total	3.326,58	-

8.10. Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” tinha, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a seguinte decomposição:

Descrição	2013		2012	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	10.908,00	-	-
Remunerações a pagar	-	10.908,00	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	255,72
IMI a pagar	-	-	-	255,72
Outros credores	-	6.542,49	-	-
Credores diversos	-	6.542,49	-	-
Total	-	17.450,49	-	255,72

8.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Serviços especializados	35.931,54	6.182,69
Materiais	3.538,59	57,30
Energia e fluidos	4.399,24	142,46
Deslocações, estadas e transportes	3.386,55	-
Serviços diversos		
Comunicação	1.219,31	-
Seguros	191,09	-
Contencioso e notariado	64,50	-
Limpeza, higiene e conforto	163,94	-
Total	47.255,92	6.382,45

**8.12. Aumentos/Reduções de justo valor**

O saldo desta rubrica é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Ganhos/Perdas por aumentos de justo valor - Em instrumentos financeiros	(250,00)	66.000,00
Total	(250,00)	66.000,00

8.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	1.261,76
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	484,26
Outros rendimentos e ganhos	10,84	-
Juros obtidos	19.683,29	56.487,85
Total	19.694,13	58.233,87

8.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Impostos - IMI	-	255,72
Impostos - Taxas	152,75	-
Donativos	10.000,00	-
Quotizações	200,00	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	250,00	-
Correcções relativas a períodos anteriores	-	5.618,90
Multas e Penalidades	170,13	-
Outros Gastos e Perdas	-	0,20
Total	10.772,88	5.874,82



8.15. Resultados de Financiamento

Nos períodos de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2013	2012
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	122,71	-
Total	122,71	-
Resultados financeiros	(122,71)	-

8.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estremoz, 15 de Março de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Nuno José Machado Sequeira

(TOC n.º 10651)

O Conselho de Administração

José Joaquim Romão de Sousa

Maria da Conceição dos Santos Gomes

Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi